BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

IDENTIDADES TRANS NA ADOLESCÊNCIA: DESENVOLVIMENTO, RECONHECIMENTO SOCIAL E CUIDADO PSICOLÓGICO

TRANS IDENTITIES IN ADOLESCENCE: DEVELOPMENT, SOCIAL RECOGNITION, AND PSYCHOLOGICAL CARE

IDENTIDADES TRANS EN LA ADOLESCENCIA: DESARROLLO, RECONOCIMIENTO IDENTITARIO Y CUIDADO PSICOLÓGICO

https://doi.org/10.56238/bocav25n84-011

Data de submissão: 19/09/2026 **Data de publicação:** 03/11/2026

Ana Carla Sousa Azevedo
Graduanda do curso de Psicologia
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: acs.azevedo@discente.ufma.br

Ana Sofia Vale Oliveira
Graduanda do curso de Psicologia
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: asv.oliveira@discente.ufma.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-0423-1052
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3509600604214239

José Assunção Fernandes Leite
Doutor em Filosofia
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: jose.fernandes@ufma.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3626900000959533

Francisca Morais da Silveira
Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0325-065X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0012238764045677

Carlos Santos Leal
Doutor em Educação, Arte e História da Cultura
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: carlos.leal@ufma.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-9385-2504
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7949486810256742

RESUMO
Este artigo analisa as experiências de adolescentes trans articulando desenvolvimento humano, construção social do gênero, reconhecimento identitário, saúde mental e garantia de direitos. Trata-se de uma pesquisa básica pura, com abordagem qualitativa, objetivo exploratório e procedimento bibliográfico, fundamentada na análise interpretativa de produções acadêmicas e documentos pertinentes à temática. Retoma-se criticamente o percurso histórico das classificações patologizantes, discutem-se as particularidades da adolescência e examinam-se os efeitos da discriminação, da transfobia e da fragilidade das redes de apoio. Destacam-se a importância das relações familiares, escolares e institucionais, bem como a responsabilidade da Psicologia na oferta de escuta ética, acolhedora e não patologizante. Conclui-se que o sofrimento associado às experiências de exclusão demanda respostas integradas de cuidado psicológico, proteção social, políticas públicas inclusivas e garantia de direitos.

Palavras-chave: Adolescência. Identidades Trans. Psicologia. Saúde Mental. Inclusão.

ABSTRACT
This article analyzes transgender adolescents' experiences by connecting human development, the social construction of gender, identity recognition, mental health, and the protection of rights. It is basic research with a qualitative approach, an exploratory objective, and a bibliographic procedure, based on the interpretive analysis of academic literature and relevant documents. The study critically revisits the history of pathologizing classifications, discusses adolescence, and examines the effects of discrimination, transphobia, and insufficient support networks. It highlights the importance of family, school, and institutional relationships, as well as psychology's responsibility to provide ethical, welcoming, and non-pathologizing care. It concludes that distress associated with exclusion calls for integrated psychological care, social protection, inclusive public policies, and the safeguarding of rights.

Keywords: Adolescence. Transgender Identities. Psychology. Mental Health. Inclusion.

RESUMEN
Este artículo analiza las experiencias de adolescentes trans articulando el desarrollo humano, la construcción social del género, el reconocimiento identitario, la salud mental y la garantía de derechos. Se trata de una investigación básica pura, con enfoque cualitativo, objetivo exploratorio y procedimiento bibliográfico, fundamentada en el análisis interpretativo de publicaciones académicas y documentos pertinentes. Se revisa críticamente la historia de las clasificaciones patologizantes, se discuten las particularidades de la adolescencia y se examinan los efectos de la discriminación, la transfobia y la fragilidad de las redes de apoyo. Se destaca la importancia de las relaciones familiares, escolares e institucionales, así como la responsabilidad de la Psicología de ofrecer una atención ética, acogedora y no patologizante. Se concluye que el sufrimiento asociado a la exclusión requiere atención psicológica, protección social, políticas públicas inclusivas y garantía de derechos.

Palabras clave: Adolescencia. Identidades Trans. Psicología. Salud Mental. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO: ADOLESCÊNCIAS, DIVERSIDADE DE GÊNERO E RECONHECIMENTO

A compreensão das vivências trans na adolescência demanda reconhecer que as experiências de gênero se constituem nas relações entre pessoa, cultura e instituições. Embora a temática tenha conquistado maior visibilidade acadêmica, persistem discursos que confundem diversidade identitária com adoecimento. Uma abordagem comprometida com a dignidade humana requer distinguir identidade de gênero, características corporais e sofrimento psíquico, sem reduzir a pessoa a categorias diagnósticas (Scott, 1995; Hall, 2006).

O gênero não pode ser explicado exclusivamente pela anatomia: envolve significados históricos e sociais atribuídos aos corpos, às posições e às relações. Scott (1995) oferece elementos para compreender a dimensão relacional dessas classificações; Hall (2006), por sua vez, contribui para pensar a identidade como processo continuamente elaborado nas experiências culturais. Nesse quadro, adolescentes trans podem reconhecer e expressar um gênero diferente daquele atribuído ao nascimento, sem que essa experiência constitua, por si, transtorno mental.

O propósito deste texto é retomar, com linguagem inclusiva, o núcleo argumentativo do estudo anteriormente publicado “Transexualidade na adolescência”, de Carlos Santos Leal (2026), discutindo a formação identitária, os efeitos da transfobia, a rede de apoio e a atuação psicológica. A retomada é explicitada para reconhecer a continuidade intelectual entre os trabalhos, e não para apresentar como inéditos argumentos já divulgados.

O debate importa tanto à Psicologia do Desenvolvimento quanto à atenção em saúde, visto que situações de rejeição, discriminação e invisibilidade podem dificultar o pertencimento e o acesso a serviços. Por isso, compreender a adolescência trans implica analisar também as condições sociais que ampliam ou restringem possibilidades de autonomia, reconhecimento e cuidado (Cardoso; Ferro, 2012; Conselho Federal de Psicologia, 2023).

A análise da adolescência demanda atenção à heterogeneidade das condições de vida. As possibilidades de explorar interesses, construir vínculos e comunicar a própria identidade não ocorrem de maneira uniforme: dependem de recursos familiares, contextos escolares, acesso a serviços e expectativas sociais. Assim, não basta descrever mudanças individuais típicas do desenvolvimento; é necessário investigar como os ambientes acolhem ou restringem a expressão de diferentes formas de ser. Essa perspectiva permite compreender o reconhecimento social como condição relacional que

pode favorecer o sentimento de pertencimento, sem pressupor uma trajetória única para todas as pessoas adolescentes (Hall, 2006; Scott, 1995).

No campo da Psicologia, a distinção entre identidade de gênero e sofrimento psíquico possui implicações teóricas e éticas. A experiência trans não determina, por si só, adoecimento; entretanto, a exposição continuada à rejeição e à violência pode produzir demandas legítimas de cuidado. A escuta profissional precisa, portanto, considerar simultaneamente a singularidade da pessoa e as relações sociais que atravessam sua experiência, evitando interpretar dificuldades produzidas por contextos discriminatórios como atributos inerentes à identidade. Tal orientação também implica reconhecer adolescentes como participantes ativos da construção de sentidos sobre suas vidas, respeitadas as condições de proteção próprias dessa etapa do desenvolvimento (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

2 TRAJETÓRIAS CONCEITUAIS E SOCIAIS DAS EXPERIÊNCIAS TRANS

A história das classificações psiquiátricas demonstra que a diversidade de gênero foi frequentemente interpretada por referenciais normativos. A terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, publicada em 1980, incorporou categorias relativas à identidade de gênero, contribuindo para institucionalizar leituras clínicas que nem sempre distinguiam identidade e sofrimento. As reformulações posteriores não apagaram imediatamente os efeitos sociais dessa tradição (Preu; Brito, 2018; Davy, 2015).

No Brasil, o reconhecimento de demandas de pessoas trans ocorreu em meio a disputas éticas, médicas e jurídicas. O debate sobre procedimentos corporais, inclusive a regulamentação médica iniciada em 1997, evidencia tensões entre autonomia, acesso à assistência e modelos de legitimação centrados na medicina. Arán (2006) analisa criticamente a gramática normativa do sistema sexo-gênero e permite compreender os limites de abordagens que condicionam o reconhecimento da pessoa à adequação corporal.

As transformações históricas não autorizam tratar todas as trajetórias trans como iguais. Há diferentes formas de vivenciar o gênero, de se relacionar com o corpo e de desejar, ou não, intervenções de saúde. A linguagem adotada pelos serviços deve respeitar a autodefinição, evitar pressupostos binários e reconhecer a singularidade das experiências (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Em continuidade à discussão apresentada em “Transexualidade na adolescência” (Leal, 2026), entende-se que a superação de perspectivas patologizantes exige mais do que alterar terminologias: requer enfrentar práticas institucionais discriminatórias e assegurar acesso a cuidados respeitosos.

O exame histórico das categorias diagnósticas evidencia que classificações em saúde não são construções isoladas das transformações culturais. Os critérios e as terminologias adotados em diferentes momentos expressam disputas sobre normalidade, diferença e legitimidade das experiências humanas. Por essa razão, recuperar o percurso classificatório é útil não apenas para localizar mudanças técnicas, mas para examinar os efeitos sociais que determinadas denominações podem produzir. A permanência de estigmas após alterações nos sistemas diagnósticos mostra que mudanças documentais, embora relevantes, não se convertem automaticamente em práticas inclusivas (Arán, 2006; Davy, 2015).

Também é importante distinguir o debate sobre acesso à saúde da ideia de que o reconhecimento identitário dependeria de procedimentos corporais ou de validação externa. As pessoas trans podem estabelecer relações distintas com a aparência, a expressão de gênero e os recursos assistenciais disponíveis. A diversidade dessas trajetórias exige que instituições e profissionais evitem protocolos de acolhimento baseados em expectativas uniformes. Em especial, na adolescência, o diálogo deve respeitar o tempo da pessoa, sua autonomia progressiva e a necessidade de proteção, sem impor narrativas prévias sobre como a identidade deve ser vivenciada (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

3 ADOLESCÊNCIA, IDENTIDADE E EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO

A adolescência envolve transformações corporais, afetivas, cognitivas e sociais, mas não corresponde a uma experiência universal e homogênea. Duarte (2007) enfatiza a produção de sentidos nesse período; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2003) apontam a articulação de fatores intrapessoais, interpessoais e culturais na constituição da identidade. Assim, reconhecer-se e ser reconhecido são processos inseparáveis dos contextos de convivência.

As expectativas sociais acerca de feminilidade e masculinidade podem restringir as possibilidades de expressão de adolescentes. A reflexão de Beauvoir (1960) sobre o caráter social da condição feminina e a análise histórica de gênero de Scott (1995) ajudam a problematizar papéis considerados naturais. Isso permite compreender por que a imposição de um único padrão de gênero pode produzir conflitos nas relações familiares, escolares e comunitárias.

A puberdade introduz mudanças que podem ser experimentadas de formas distintas. Para alguns adolescentes trans, determinadas características corporais podem gerar desconforto significativo; para outros, as questões mais difíceis decorrem da maneira como familiares, colegas e instituições interpretam suas identidades. Não se deve presumir disforia, sofrimento ou desejo de modificação corporal em todas as pessoas trans (Chiland, 2014; Conselho Federal de Psicologia, 2023).

A construção identitária não se reduz a uma escolha isolada nem a uma resposta mecânica à cultura. Envolve elaboração subjetiva, vínculos, valores e oportunidades de expressão. A escola e a família podem oferecer reconhecimento e proteção ou, inversamente, reforçar padrões excludentes que fragilizam a autoestima e o sentimento de pertencimento (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2003; Cruz *et al.*, 2020).

O desenvolvimento identitário pode envolver momentos de experimentação, afirmação, silêncio ou revisão de significados, processos que não devem ser confundidos automaticamente com indecisão patológica. A adolescência é atravessada por mudanças nas relações de amizade, na participação em grupos e na percepção do próprio corpo. Para adolescentes trans, tais mudanças podem adquirir sentidos particulares conforme as respostas recebidas em casa, na escola e em outros espaços de convivência. A análise precisa reconhecer que a experiência subjetiva não se reduz às expectativas familiares ou às categorias sociais disponíveis (Hall, 2006).

As relações de apoio podem funcionar como espaços de construção de sentidos e fortalecimento de vínculos. O uso respeitoso do nome e dos pronomes, a disponibilidade para conversar sem coerção e a proteção diante de situações de stress são exemplos de práticas cotidianas de reconhecimento. Isso não significa supor que todos os conflitos desapareçam com o acolhimento, mas compreender que a qualidade das relações modifica as condições nas quais adolescentes elaboram suas experiências é salutar. Na perspectiva psicossocial, reconhecer a pessoa implica ouvi-la em sua singularidade e considerar o contexto concreto em que suas escolhas e possibilidades se constituem (Scott, 1995; Conselho Federal de Psicologia, 2023).

4 DISCRIMINAÇÃO, SAÚDE MENTAL E PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO

Na discussão sobre saúde mental, é fundamental diferenciar a identidade trans dos efeitos da violência e da rejeição. A exposição a humilhações, bullying, restrição de direitos e desrespeito à identidade constroem sofrimento psicológico. Cardoso e Ferro (2012) ressaltam que as demandas em

saúde da população LGBT devem ser compreendidas à luz de suas especificidades e dos obstáculos de acesso aos serviços.

Leal (2026) menciona que às situações de vulnerabilização e ausência de apoio exigem atenção cuidadosa e estratégias de prevenção, sem associar automaticamente identidade trans a risco individual.

A atuação profissional deve privilegiar escuta qualificada, respeito ao nome e à identidade, sigilo, atenção ao contexto familiar e articulação com a rede de proteção. O cuidado não deve ter como objetivo corrigir a identidade, mas compreender demandas apresentadas pela própria pessoa e favorecer autonomia, segurança e acesso a direitos (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

A inclusão depende também de medidas coletivas, como a formação de equipes, enfrentamento de discriminação institucional, acolhimento escolar e serviços acessíveis. A articulação entre Psicologia e políticas públicas amplia as possibilidades de acompanhamento e evita responsabilizar exclusivamente o adolescente por dificuldades produzidas nas relações sociais (Cardoso; Ferro, 2012; Conselho Federal de Psicologia, 2023).

A discriminação pode manifestar-se de forma explícita, por meio de insultos e agressões, ou de maneira institucional, quando regras e práticas desconsideram a existência de adolescentes trans. Na escola, por exemplo, o constrangimento em espaços coletivos, a recusa do nome social e a omissão diante de episódios de violência podem afetar o vínculo com a instituição e a percepção de segurança. A compreensão desses efeitos exige cuidado para não estabelecer relações causais simplificadas, pois o sofrimento psíquico é multideterminado (Cardoso; Ferro, 2012; Pardini, 2017).

O acolhimento psicológico pressupõe uma relação profissional na qual a pessoa adolescente possa narrar experiências sem antecipar julgamento ou tentativa de correção de sua identidade. A atuação ética demanda atenção ao sigilo, às particularidades do atendimento de adolescentes e às situações nas quais a proteção requer articulação com responsáveis e serviços da rede. Também exige identificar demandas que extrapolam o consultório, como violência escolar, dificuldades de acesso à saúde e fragilidade de vínculos familiares. Nesse sentido, o cuidado não se limita ao alívio individual do sofrimento, pois é necessário construir encaminhamentos e ambientes mais protetivos (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

5 PERCURSO METODOLÓGICO E LIMITES DO MATERIAL

O presente estudo caracteriza-se, quanto à sua finalidade, como uma pesquisa básica pura, uma vez que busca ampliar a compreensão teórica acerca das experiências de adolescentes trans, considerando os processos de construção da identidade de gênero e suas interfaces com a Psicologia, a saúde mental e os contextos socioculturais. Quanto à abordagem, configura-se como uma pesquisa qualitativa, por privilegiar a compreensão dos aspectos históricos, sociais, culturais e psicológicos que atravessam as vivências dessa população. Em relação aos objetivos, apresenta caráter exploratório, buscando aprofundar o conhecimento acerca das experiências identitárias na adolescência, dos processos de reconhecimento social, das manifestações de discriminação e transfobia e de suas possíveis repercussões sobre a saúde mental, bem como da importância das políticas públicas, das redes de proteção e das práticas de acolhimento psicológico.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante a análise de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos técnicos relacionados à transexualidade, à adolescência, à identidade de gênero, à Psicologia do Desenvolvimento e à saúde da população LGBTQIA+. Foram consideradas, ainda, produções científicas e documentos de referência que abordam os direitos humanos, os processos de despatologização das identidades trans, as políticas públicas de inclusão e as práticas psicológicas direcionadas ao acolhimento e à promoção da saúde mental de adolescentes trans.

O percurso metodológico foi organizado a partir da identificação, leitura e análise interpretativa de produções bibliográficas que possibilitassem compreender, inicialmente, o desenvolvimento histórico das concepções acerca da transexualidade, com destaque para as transformações ocorridas nos sistemas classificatórios e nos debates científicos e sociais relacionados à despatologização das identidades trans. Posteriormente, foram examinadas contribuições teóricas relacionadas à adolescência enquanto etapa do desenvolvimento humano, considerando os processos de construção identitária e a influência das relações familiares, escolares, institucionais e socioculturais sobre as experiências subjetivas de adolescentes trans.

A análise do material bibliográfico concentrou-se em cinco eixos temáticos: a) percurso histórico das concepções sobre a transexualidade e os processos de despatologização das identidades trans; b) adolescência, desenvolvimento psicossocial e construção da identidade de gênero; c) discriminação, preconceito, transfobia e suas repercussões sobre a saúde mental de adolescentes trans; d) reconhecimento social, relações familiares, escolares e institucionais e políticas públicas de proteção

e inclusão da população LGBTQIA+; e e) atuação da Psicologia, acolhimento psicológico e importância das redes de apoio na promoção da saúde mental e na garantia dos direitos de adolescentes trans.

Os materiais bibliográficos foram submetidos a uma análise qualitativa de caráter teórico-interpretativo, buscando identificar aproximações, divergências e contribuições entre os referenciais consultados. A organização dos eixos temáticos possibilitou estabelecer relações entre os processos históricos de compreensão da transexualidade, as particularidades do desenvolvimento adolescente, as experiências de reconhecimento ou exclusão social e as práticas institucionais de cuidado e proteção.

Por se tratar de uma investigação bibliográfica, sem produção de dados empíricos originais, os resultados apresentados constituem uma síntese teórica e interpretativa das produções consultadas, não sendo estabelecidas relações causais ou generalizações estatísticas acerca das experiências de adolescentes trans. Dessa forma, a análise desenvolvida busca contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico e profissional, destacando a importância de práticas psicológicas éticas, inclusivas e despatologizantes, articuladas às políticas públicas de proteção social e à garantia dos direitos da população LGBTQIA+.

6 DISCUSSÃO INTEGRADA: RECONHECIMENTO, PROTEÇÃO E DIREITOS

O primeiro eixo evidencia que classificações históricas contribuíram para fixar padrões de normalidade que repercutem nas instituições. Embora a linguagem clínica tenha se modificado, a superação do estigma depende de práticas efetivas de reconhecimento. A leitura crítica de Arán (2006), Preu e Brito (2018) e Davy (2015) reforça a necessidade de separar a experiência identitária de avaliações normativas sobre os corpos.

No segundo eixo, a adolescência aparece como processo de negociação entre a experiência de si e as expectativas do meio. As contribuições de Duarte (2007) e Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2003) indicam que relações interpessoais e referências culturais participam da construção identitária. Para adolescentes trans, a possibilidade de nomear e expressar sua identidade pode encontrar acolhimento ou barreiras, com consequências para o pertencimento.

O terceiro eixo reúne os efeitos psicossociais de ambientes hostis. A interpretação proposta não localiza o problema na identidade trans, mas nas práticas de exclusão que podem acompanhá-la. A literatura mobilizada no estudo de origem aponta a relevância de reconhecer sofrimento, violência

psicológica e dificuldades de acesso a serviços, sem generalizar experiências nem estabelecer causalidade que o material não permite demonstrar (Cardoso; Ferro, 2012; Pardini, 2017).

Por fim, o quarto eixo destaca que a proteção não se limita ao consultório. A participação das famílias, das escolas, das equipes de saúde e dos serviços públicos é decisiva para construir ambientes menos discriminatórios. As referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia (2023) sustentam uma atuação orientada pelos direitos humanos, pela escuta e pela atenção às desigualdades institucionais.

O primeiro ponto de convergência entre os eixos diz respeito ao caráter relacional do reconhecimento. A identidade não se desenvolve em um vazio social, mas em encontros com familiares, colegas, profissionais e instituições que podem legitimar ou contestar a maneira como a pessoa se compreende. Dessa constatação decorre que iniciativas de inclusão não devem ser avaliadas apenas pela existência formal de normas, mas é importante observar como elas se traduzem em práticas de convivência, acesso e proteção. O reconhecimento cotidiano constitui, portanto, dimensão relevante do debate sobre saúde mental e direitos (Hall, 2006; Scott, 1995).

O segundo ponto envolve a articulação entre cuidado psicológico e políticas institucionais. Mesmo quando há disponibilidade de atendimento individual, a persistência de ambientes hostis pode limitar os efeitos do acolhimento. Ações de formação de equipes, enfrentamento da violência, construção de fluxos de encaminhamento e diálogo com famílias e escolas podem ampliar a rede de proteção. Tais medidas não substituem a escuta singular, mas criam condições para que ela não permaneça isolada de fatores sociais que produzem sofrimento (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Por fim, a análise sugere que a diversidade de trajetórias deve orientar tanto a prática profissional quanto a produção acadêmica. Adolescentes trans não constituem um grupo homogêneo, e que diferenças de contexto, vínculos e possibilidades psicossociais podem alterar profundamente as experiências relatadas. Investigações futuras podem aprofundar a compreensão dessas variações mediante pesquisas empíricas eticamente conduzidas e com participação das próprias pessoas adolescentes. Essa direção evita transformar categorias amplas em explicações suficientes para experiências singulares e fortalece uma Psicologia comprometida com a escuta e a garantia de direitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA PSICOLOGIA DO RECONHECIMENTO

A análise reafirma que a adolescência constitui período de elaboração identitária atravessado por relações familiares, escolares e sociais. As experiências trans não podem ser reduzidas a categorias

diagnósticas ou pressupostos de sofrimento: é necessário reconhecer a diversidade de trajetórias e a legitimidade das formas de expressão de gênero.

O exame histórico mostra que modelos patologizantes deixaram marcas nas instituições e no acesso a direitos. As dificuldades enfrentadas por adolescentes trans devem ser interpretadas em conexão com discriminação, violência e insuficiência de redes de apoio, evitando explicações que culpabilizem a identidade da pessoa.

À Psicologia cabe promover acolhimento ético, escuta respeitosa e práticas não normalizadoras, articuladas a ações de proteção social. A continuidade do debate exige pesquisas com procedimentos transparentes e maior diversidade de experiências, além do fortalecimento de ambientes familiares, escolares e institucionais inclusivos.

A discussão desenvolvida permite afirmar que respostas exclusivamente individuais são insuficientes diante de problemas que também se produzem nas relações e nas instituições. O reconhecimento das identidades trans na adolescência exige compromisso compartilhado de famílias, escolas, serviços de saúde e instâncias de proteção, respeitando a pluralidade das experiências. Nessa perspectiva, a atuação psicológica pode contribuir tanto para o cuidado com o sofrimento quanto para a identificação de práticas discriminatórias que demandam respostas coletivas.

Por se tratar de estudo bibliográfico, as reflexões apresentadas não autorizam generalizações empíricas sobre todas as adolescências trans. Seu alcance consiste em organizar criticamente contribuições teóricas e apontar implicações para a escuta profissional e para a proteção social. O aprofundamento do tema requer estudos que contemplem contextos diversos e que mantenham a transparência metodológica, a atenção ética e o respeito à participação das pessoas envolvidas.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a Gramática Normativa do Sistema Sexo-Gênero. Ágora, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luiz Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/?lang=pt. Acesso em: 03 agosto. 2026.

CHILAND, Colette. A construção da identidade de gênero na adolescência. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 48, n. 4, p. 175-183, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 20 maio. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Brasília, DF: CFP, [s.d.]. Disponível em: http://www.cfp.org.br. Acesso em: 4 jul. 2026.

CRUZ, Larissa Edite de Magalhães Porto *et al.* Do gênero aos papéis sociais: a construção da identidade da pessoa transexual. Interfaces científicas-educação, v. 8, n. 2, p. 299-314, 2020. Disponível em: https://periodicosgrupotiradentes.emnuvens.com.br/educacao/article/view/7905. Acesso: 03 agosto. 2026.

DAVY, Zowie. The DSM-5 and the Politics of Diagnosing Transpeople. Archives of sexual behavior, 44(5), 1165–1176, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10508-015-0573-6. Acesso em: 07 jul. 2026.

FREITAS, Maria Virgínia de (org.). Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Carlos Santos. Transexualidade na adolescência. In: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais. v. 32. Piracanjuba, GO, 2026. p. 88-104.

PARDINI, Bruna Áfrico; OLIVEIRA, Vitor Hugo de. Vivenciando a transexualidade: o impacto da violência psicológica na vida das pessoas transexuais. Psicologia: Saberes & Práticas, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 110-118, 2017.

PREU, Roberto de Oliveira; BRITO, Carolina Franco. A questão trans no cenário brasileiro. Revista Periódicus, v. 1, n. 10, p. 95-117, 2018.

SCHOEN-FERREIRA, T.H., AZNAR-FARIAS, M., SILVARES, E.F.M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos de Psicologia.2003, V8, n.1.p.107-115.Disponível: https://www.scielo.br/j/epsic/a/X5DFFZCZsb4pmrLchTsQVpb/abstract/?lang=pt. Acesso 15 junho. 2026.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso: 05 jun. 2026.